

4 anos de avanços legislativos para os pequenos negócios

Conheça as conquistas no Congresso Nacional que tiveram o apoio da Frente Parlamentar Mista da MPE e do MEI de 2019 a 2022



2019



Cadastro Positivo

Lei Complementar nº 166/2019

Prevê a inclusão automática de dados de consumidores nas instituições financeiras para identificar bons pagadores e melhorar o acesso ao crédito.



Lei da Liberdade Econômica

Lei nº 13.874/2019

Estabelece normas para reduzir burocracia para pessoas jurídicas de forma a garantir o livre exercício da atividade econômica e o fomento da economia brasileira.

2020



Criação da Empresa Simples de Crédito

Lei Complementar nº 167/2019

Regulariza a criação de empresas voltadas para operações de empréstimos e financiamentos exclusivos para MEI, microempresas e empresas de pequeno porte utilizando capital próprio.



Criação da Sociedade de Garantia Solidária

Lei Complementar nº 169/2019

Permite que micro e pequenas empresas criem SCG (Sociedade de Garantia Solidária) para serem avalistas de empréstimos bancários.



Acesso a crédito durante a pandemia com o Pronampe

Lei nº 13.999/2020

Para conter o impacto da crise nos negócios, a lei garante empréstimos a juros reduzidos com recursos do Fundo Garantidor de Operações. Institui-se o Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte).



Negociação de débitos do Simples Nacional na Transação Tributária

Lei Complementar 174/2020

Autoriza a extinção de créditos tributários apurados na forma do Simples Nacional mediante celebração de transação resolutiva de litígio. Prorroga o prazo para enquadramento deste regime.

PEQUENOS NEGÓCIOS REPRESENTAM

30% do PIB do Brasil

99% de todas as empresas do país

70% de novos empregos gerados em 2022





Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador

Lei Complementar nº 182/2021

A lei institui o marco legal e o empreendedorismo inovador é reconhecido como fonte de desenvolvimento econômico e social. As startups ganham condições diferenciadas.

Cria o MEI Caminhoneiro inclui o Sebrae no CGSN

Lei Complementar nº 188/2021

Possibilita a opção como MEI Caminhoneiro e torna mais simples e barata a inclusão dos caminhoneiros no regime previdenciário. Além disso, incluiu o Sebrae no CGSN (Comitê Gestor do Simples Nacional).

Com novas leis, pequenos negócios têm mais acesso ao crédito
Dados do 1º sem.2022

7,2 milhões
tomadores de crédito

R\$ 151,9 bi
em crédito concedido

2022

Instituição do Relp

Lei Complementar nº 193/2022

Cria o Relp (Reescalonamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional), programa de parcelamento de dívidas para micro e pequenas empresas do Simples Nacional, incluindo MEIs.

2021

Estabelecimento do Pronampe como permanente

Lei nº 14.161/2021

Torna o Pronampe uma política permanente.

Simples Nacional não é renúncia fiscal

Lei nº 14.194/2021 (art. 136, § 2º)

Consolida na LDO o entendimento de que o regime não pode ser mais enquadrado como renúncia fiscal, uma importante premissa defendida pelo setor.

